O conto dos besteiros de 1421 – da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa

Miguel Gomes Martins

Apesar de alguns estudiosos identificarem a lista de povoações compreendidas entre Coimbra e Abrantes[1], com o respectivo número de besteiros – não datada, mas atribuível ao reinado de D. Dinis –, como o mais antigo cômputo de besteiros do conto[2], o primeiro documento que podemos com total segurança identificar como um rol de besteiros do conto remonta aos primeiros anos do reinado de D. João I (1384-1388). Abrange, igualmente, um conjunto limitado de localidades (54) situadas, porém, no Alentejo e no Algarve[3]. Assim, só no final do primeiro quartel do século XV surge aquele que é, até agora, o mais completo documento do género: o Rol de Besteiros do Conto de 1421[4]. Além da originalidade de abarcar praticamente todo o território nacional, este cômputo apresenta uma outra grande diferença relativamente ao de 1384-1388: encontra-se acompanhado de instruções minuciosas relativas à sua implementação, o que nos permite compreender com bastante pormenor a forma como a Coroa pretendia que se efectuasse o apuramento e o recrutamento dos membros da milícia[5]. Contudo, durante vários anos, faltaram dados respeitantes à aplicação concreta dessas mesmas instruções, pelo que o documento que nos serviu de base para este estudo se reveste de particular importância

---

* Mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Arquivo Municipal de Lisboa.

[1] As localidades abrangidas são: Abrantes, Tomar, Pombal, Soure, Torres Novas, Ourém, Porto de Mós, Leiria, Penela, Miranda, Lousã (Arouce), Coimbra, Montemor-o-Velho, Alcanede e Santarém (IAN-TT, Gaveta 9, M 10, doc. 27, fl. 2v, s.d., pub. por Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo V, Lisboa, Sá da Costa, s.d., 2ª Edição).

[2] A. H. de Oliveira Marques, "A população portuguesa nos fins do século XIII", in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, p. 55 e ss. Gouveia Monteiro, apesar de não o considerar um rol de besteiros do conto, aponta-o como tratando-se de uma lista relativa a esta milícia (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998, pp. 58-59). Porém, nada no documento refere tratar-se de besteiros do conto, mas simplesmente dos *beesteyros que devem hyr a serviço d'el rey*. Assim, as mais recuadas referências documentais aos besteiros do conto remontam a 1299 e reportam-se aos contingentes de Serpa (Miguel Gomes Martins, "Os besteiros do conto em Lisboa: de 1325 aos inícios do século XV", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 94-95 e Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 35).

[3] IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 112v-113, de 1384-1388. Sobre este documento e a sua datação, cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61.

[4] São conhecidas, pelo menos, três versões deste rol. Elas encontram-se nas Ordenações de D. Duarte (*Ordenações del-Rei Dom Duarte*, Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 651-663), nas Ordenações Afonsinas (*Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1984, pp. 438-447) e no Livro dos Pregos, códice do Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 313, s.d.). Apesar de uma matriz comum, estas versões apresentam, conforme foi já assinalado por Gouveia Monteiro relativamente às duas primeiras, algumas diferenças (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61).

[5] A análise destas instruções foi já levada a cabo por João Gouveia Monteiro, que, com base nelas, desenhou um quadro bastante detalhado da forma como eram apurados e recrutados os besteiros do conto (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, pp. 62-64). O estudo de alguns documentos dispersos relativos a Lisboa e a comparação com a imagem elaborada por Gouveia Monteiro permitiu-nos, num outro trabalho, descortinar alguns aspectos desse processo no tocante ao universo dos besteiros do conto de Lisboa (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., pp. 39-41).

pelo conjunto inovador de informações que fornece sobre a forma como era posto em prática – ou procurava ser – o conto de 1421.

Apesar de o rol fornecer no "prólogo", algumas directrizes sobre a forma como localmente deveria ser implementado o conto[6], era com base nas instruções enviadas por D. João I a Vasco Fernandes de Távora[7] e a Armand Boutin[8] em Fevereiro de 1421 – e que, provavelmente, acompanhariam aquele mesmo rol[9] – que o anadel-mor e o escrivão da anadelaria-mor procediam ao apuramento e recrutamento dos besteiros do conto[10].

Além de sabermos que o apuramento dos besteiros de Lisboa teve lugar em finais de Janeiro de 1422 – isto é, cerca de um ano depois da elaboração das instruções relativas à implementação do conto de 1421 –, não possuímos qualquer registo documental que nos descreva a forma como se processou. Contudo, o conhecimento das normas acima referidas, por um lado, e da estrutura e composição do conto lisboeta, por outro, permitem-nos reconstituir o que se terá passado.

Assim, segundo as instruções de Fevereiro de 1421 e em estreita articulação com as directivas de 1410[11], Vasco Fernandes de Távora e Armand Boutin devem ter procedido da seguinte forma: chegados a Lisboa, terão entrado de imediato em contacto com o anadel dos besteiros do conto da cidade para se informarem "*em que ponto tem sua Anadaria; e se a tem comprida dos beesteiros, que deve aver em ella e se alguus faleçem*"[12]. Só no dia seguinte se terão apresentado formalmente perante o corregedor, os alvazis e o procurador do concelho e dado conhecimento da missão de que estavam encarregues. Na posse dos elementos fornecidos na véspera pelo anadel de Lisboa, comunicaram-lhes, então, as falhas no conto da cidade, de modo a que o corregedor e o concelho indicassem homens que pudessem substituir tanto os besteiros em falta, como os que, por motivo justificado, necessitassem de ser aposentados. Para tal, o anadel-mor deveria convocar um alardo. Esta mostra servia ainda para verificar o estado das bestas, dos cintos e das polés dos besteiros do conto, sendo constrangidos à sua substituição – num prazo de seis semanas – todos aqueles cujas armas e equipamento não preenchessem os

---

[6] O "prólogo" do rol de 1421 dirige-se essencialmente às autoridades locais. Porém, diz-nos muito pouco sobre os procedimentos tendentes à aplicação do conto, pelo que o prólogo se apresenta, essencialmente, como uma ordem para que essas autoridades prestem a colaboração necessária ao anadel-mor dos besteiros do conto e ao escrivão da anadelaria-mor. Era a elas que competia – como veremos – a apresentação, ao anadel-mor e ao escrivão da anadelaria-mor, de besteiros do conto em número suficiente para o cumprimento do conto atribuído à localidade em questão.

[7] Vasco Fernandes de Távora, segundo Gouveia Monteiro, ocupava interinamente o lugar de anadel-mor, em substituição de seu tio, Afonso Furtado (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61). Este, por sua vez, substituíra Estêvão Vasques Filipe aquando da morte deste em 1394-1395 (Miguel Gomes Martins, "Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 5, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 10-47). Contudo, o cargo de anadel-mor não era uma novidade para Afonso Furtado, que já o havia ocupado em finais do reinado de D. Fernando (IAN-TT, Convento de Chelas, Maço 33, doc. 649, de 1381/Junho/7 e Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* (edição crítica de Giuliano Macchi), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. CXLII, p. 499).

[8] Segundo Oliveira Marques, Armand Boutin era um mercador oriundo do norte da Alemanha, encontrando-se registado em Portugal a partir de 1395. Ocupou o cargo de escrivão da anadelaria-mor entre 1417 e 1433, de onde ascendeu a contador da fazenda (1433-1437) e a contador dos contos de Lisboa entre 1437 e 1444 (A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 2ª edição, 1993, p. 102).

[9] Apesar de, tanto na versão das Ordenações Afonsinas como na do Livro dos Pregos, estas instruções se seguirem ao rol, não é líquido que originalmente acompanhassem esse mesmo rol de 1421, situação que pode ser atestada pelo facto de este documento não se encontrar na versão das Ordenações de D. Duarte.

[10] Num estudo pioneiro, Baquero Moreno chamava a atenção, em 1977, para o facto de o recrutamento dos besteiros do conto constituir uma "preocupação constante da coroa". E acrescentava que "para que o sistema funcionasse tornava-se indispensável aos anadéis das localidades o seu rigoroso apuramento em função do número superiormente estabelecido" (Humberto Baquero Moreno, "Privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)", in *Bracara Augusta*, Vol. XXXI, nº 71-72 (83-84), Braga, 1977, p. 62).

[11] *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, *op. cit.*, Título LXVIIII, p. 422 e ss.

[12] *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, *op. cit.*, Título LXVIIII, p. 448.

requisitos de qualidade exigidos. Por forma a evitar dúvidas futuras, todos os resultados da inspecção eram registados num livro.

Contabilizadas as faltas verificadas no conto, o anadel-mor daria um prazo de três dias ao concelho para que, com o corregedor[13], procedesse à nomeação de novos besteiros. Estes deveriam, então, ser convocados à presença do anadel-mor que verificaria se preenchiam os requisitos relativos à origem sócio-profissional, estado civil, etc ... Confirmados, então, pelo anadel-mor, o escrivão da anadelaria-mor registaria no livro acima referido, os nomes, as alcunhas e outros elementos que ajudassem à identificação desses indivíduos. O escrivão tomava também nota de alguns dados tais como se haviam já servido em Ceuta, se eram acostados a algum "grande", etc ...[14].

Mas o caso de Lisboa apresentava – muito provavelmente à semelhança de outros grandes núcleos urbanos como Santarém, Porto ou Coimbra – uma particularidade: a integração no conto da cidade de indivíduos provenientes de localidades do termo[15]. Desconhecemos em pormenor a forma encontrada para apurar estes indivíduos, porém, uma coisa parece certa: em 1422 Vasco Fernandes de Távora não se deslocou a todas as povoações que enviavam contingentes para perfazer os 300 homens atribuídos a Lisboa. A comprová-lo está o rol com os nomes dos besteiros do conto de Alhandra, Bucelas, Calhandriz, Sapataria, Torre da Negra e Vila de Rei, elaborado, precisamente, em Lisboa, no dia 26 de Janeiro. Do mesmo modo, não nos parece provável que esses besteiros se tenham deslocado à capital a fim de serem apurados, como se verifica pelas reacções de surpresa de alguns deles quando, cerca de duas semanas depois, lhes foi comunicada a sua inclusão no conto de Lisboa[16]. Acreditamos, sim, que a vereação lisboeta, munida de listas de nomes de potenciais candidatos fornecidas pelas autoridades das vilas, aldeias e lugares do termo, faria a selecção dos indivíduos mesmo sem os conhecer pessoalmente, o que daria azo, naturalmente, a casos de injustiça e a imprecisões na elaboração das listas finais.

Escolhidos que estavam tanto os besteiros de Lisboa propriamente ditos quanto os das localidades do termo que integravam o conto da cidade, o passo seguinte era transmitir a estes últimos a notícia da sua integração na milícia e providenciar no sentido de adquirirem as armas e o equipamento que, a partir daí, se encontravam obrigados a possuir.

Assim, no dia 8 de Fevereiro de 1422[17], pelas primeiras horas da manhã[18], o anadel Vasco Vicente, sapateiro de profissão, partiu de Bucelas, onde residia, com destino à aldeia de Calhandriz, situada a pouco mais de cinco quilómetros de distância. Fazia-se acompanhar pelo tabelião Estêvão Gonçalves e por uma pequena escolta constituída pelos besteiros do conto Pedro Eanes, Vasco Eanes e João Afonso, também oriundos de Bucelas. O principal objectivo da sua missão era tornar público o rol com os nomes dos besteiros das localidades de Calhandriz, de Bucelas, de Vila de Rei, de Alhandra e de Sapataria, que tinha sob o seu comando e que, à semelhança dos contingentes de outras povoações do termo, integravam os 300 que Lisboa se encontrava obrigada a fornecer.

Através da análise desse mesmo rol ficamos a saber que Vasco Vicente era responsável

---

[13] Sobre a importância da presença dos membros do concelho durante o apuramento dos besteiros do conto de Lisboa, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., p. 39.

[14] *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, *op. cit.*, Título LXVIIII, p. 456.

[15] Conforme se verifica através do Rol de 1421, são muito poucas as localidades do termo de Lisboa a contribuir autonomamente para o conto. Nessa situação encontramos apenas as vilas de Sintra, de Colares, de Cheleiros, de Torres Vedras, da Lourinhã e da Atouguia. As restantes deveriam contribuir sim, mas para o conto de Lisboa.

[16] Esta questão será abordada mais à frente neste estudo.

[17] Os factos ocorridos no dia 8 de Fevereiro de 1422 e que seguidamente são referidos encontram-se registados em AML-AH, Colecção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422, pelo que evitaremos a repetição da citação.

[18] Nada nos é dito no documento acerca da hora. Todavia, o facto de no mesmo dia irem a Calhandriz e a Alhandra, leva-nos a crer que terão partido de Bucelas bem cedo, pela manhã.

por 18 homens, sendo dois oriundos de Calhandriz (João Afonso e Gil Vasques), sete de Alhandra (Martim Gonçalves, Estêvão Domingues, Pedro Vicente, Pedro Afonso, Fernão Esteves, Pedro Esteves e Martim Domingues do Paço), três de Bucelas (Gonçalo Eanes, Afonso Gonçalves e Pedro Eanes), dois de Vila de Rei (Martim Gil e João Formoso) e quatro de Sapataria (João Vicente Cochino, Estêvão Picão, Lopo Afonso e Rodrigo Eanes). Esta três últimas povoações contribuíam pela primeira vez para o conto, o que se afigura como o resultado de uma tentativa bem sucedida por parte do concelho de Lisboa – naturalmente pressionado pelos besteiros residentes na cidade –, de fazer recair o ónus do serviço no conto, cada vez mais, sobre as localidades do termo, num claro benefício da capital e dos seus milicianos.

Vasco Vicente tinha ainda que convocar aqueles homens para comparecerem no alardo aprazado para o dia 8 de Março, onde iria verificar se tinham, conforme era sua obrigação, "*senhas beestas bõas e reçebondas e farees que se nom arrmem nem posam arrmar ao ciinto salvo com follga e com pollee ... e lhos façom todaviia teer pera serviiço d'ell reii com tres duziias de viiratões empenados*"[19]. As armas e os equipamentos em falta ou que não reunissem os requisitos de qualidade exigidos, deveriam, logo que possível, ser substituídos. Caso não o fizessem voluntariamente, os besteiros deviam ser penhorados nos seus bens para que anadel e o seu porteiro procedessem à aquisição, sob pena de, não o fazendo, serem eles próprios a pagá-las. A sua negligência era ainda punida com a exoneração dos cargos de comando que ocupavam[20].

Chegados à povoação de Calhandriz, Vasco Vicente terá dado instruções ao tabelião Estêvão Gonçalves para que publicasse tanto as instruções do anadel-mor como o rol dos besteiros do conto que tinha à sua responsabilidade. Efectuada a leitura pública do documento verificou-se que, entre os que se juntaram para assistir à sua publicação, estavam presentes dois dos 19 besteiros incluídos no rol – Afonso Gonçalves e Gil Vasques –, convocados de imediato para se apresentarem em alardo, dentro de um mês, em Bucelas, local de residência do anadel.

Contudo, desses dois, apenas Gil Vasques pertencia ao conto de Calhandriz. Afonso Gonçalves, pelo contrário, fazia parte do conto de Bucelas. Mas isto, tudo indica, nada tinha de problemático. Os problemas surgiram, sim, quando ambos declararam que não podiam ser recrutados como besteiros. Segundo os próprios, eram galiotes, tendo já integrado, nessa qualidade, duas armadas. Acrescentavam ainda, para reforçar a argumentação, que haviam mesmo recebido o soldo relativo ao ano de 1422 e seguintes, pelo que a possibilidade de mudança do seu estatuto militar estava afastada. Confrontado com esta situação – provavelmente inesperada – o anadel solicitou-lhes a apresentação de um atestado comprovativo da sua condição de galiotes[21]. Só assim poderiam ser retirados do conto. Decididamente, o dia não começava da melhor forma para Vasco Vicente.

Terminada – embora sem que se atingissem os objectivos inicialmente propostos – a tarefa agendada para Calhandriz, o anadel, o tabelião e os três besteiros que constituíam a escolta,

---

[19] AML-AH, Colecção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422. Assinale-se o facto de tanto as instruções de 1410 quanto as de 1421 nada referirem quanto a um número fixo de virotões a apresentar pelos besteiros apurados para os contos. Registe-se ainda que, por esta altura, a Coroa procurava dissuadir o uso das "bestas de armar ao cinto". Porém, acabou por desistir da sua pretensão. Sobre esta questão, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., pp. 45-46.

[20] Segundo as instruções dadas por Vasco Fernandes de Távora, Vasco Vicente deveria também zelar para que os besteiros do conto servissem durante iguais períodos de tempo, de maneira a não se verificarem situações de injustiça e de desigualdade. Além disso, deveria providenciar de forma a substituir aqueles que, por um motivo ou por outro estivessem impossibilitados de cumprir as missões que lhes eram atribuídas. Era ainda responsável pela comparência dos besteiros nos exercícios de tiro semanais e deveria ser o primeiro a cumprir e a fazer cumprir os privilégios concedidos aos besteiros do conto. Por fim, registe-se que tinha por obrigação garantir que se procedia ao pagamento da lutuosa dos besteiros mortos, a qual consistia no envio da besta para o anadel-mor do reino.

[21] O documento não especifica qualquer prazo para a apresentação de um comprovativo do estatuto de galiotes, porém, devê-lo-iam fazer – supomos – no prazo de um mês, isto é, até ao alardo aprazado para o dia 8 de Março.

percorreram a meia dúzia de quilómetros que os separava de Alhandra, couto do arcebispo de Lisboa[22]. Chegados a essa localidade, dirigiram-se de imediato à igreja de S. João, onde decorria a missa e na qual seria suposto encontrarem-se alguns besteiros.

Efectivamente, no templo, Vasco Vicente reconheceu alguns deles, porém foi necessário recorrer à autoridade do juiz de Alhandra – João Carrasco –, não só porque alguns dos membros da milícia se furtavam à convocatória feita pelo anadel e pelo tabelião que o acompanhava, mas, também, porque nem todos se encontravam na igreja.

Todavia, a situação acabou por tomar um rumo completamente inesperado. Em resposta à solicitação de Vasco Vicente e de Estêvão Gonçalves, o juiz, apoiado por muitos homens-bons e por alguns dos besteiros do conto que se encontravam no adro da igreja, recusou-se a convocar ou a mandar convocar os outros besteiros. De acordo com o magistrado, aquela localidade era couto do arcebispo de Lisboa e, como tal, sujeita à sua jurisdição, pelo que o anadel teria que ter uma autorização expressa de D. Diogo[23]. Contra-argumentando, Vasco Vicente afirmou que nada o obrigava a possuir essa autorização, pois "*como quer que o dicto couto fose do arrçebiispo que a terra era do senhor reii onde el dicto juiiz e os dictos beesteiiros asii eram moradorres*"[24]. A discussão entre ambas as partes assumiu, então, contornos de alguma violência verbal[25] com o juiz e a esmagadora maioria dos que se encontravam no adro de S. João a ameaçar o anadel e o tabelião e a gritar que os enviariam presos onde quer que o arcebispo se encontrasse[26]. Impossibilitados de cumprir a missão e para não correrem riscos desnecessários, abandonaram o adro da igreja de S. João, imaginamos, sob os insultos e apupos dos populares.

Mas o anadel estava absolutamente seguro da sua autoridade, conferida não só pelo posto que ocupava, mas, também, pelas ordens régias transmitidas pelo anadel-mor. Como tal, não iria abandonar Alhandra sem cumprir a sua missão, mesmo que apenas em parte. Confrontado com a recusa de colaboração por parte de João Carrasco, decide recorrer a Martim Barroso, juiz na freguesia de Alhandra. O facto de ser criado de D. João I apresentava – em teoria – algumas garantias de cumprimento das directivas do monarca sem que se voltasse a repetir a atitude insurreccional de João Carrasco. Vasco Vicente solicitou-lhe, então, que convocasse à sua presença o besteiro João Afonso, morador na freguesia de Morouços[27], para lhe comunicar que,

---

[22] Também Vila de Rei e Torre da Negra se localizavam no couto do arcebispo de Lisboa (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 337, de 18/Abril/1422).

[23] Trata-se de D. Diogo Álvares de Brito, que veio a falecer ainda durante esse ano ou no ano seguinte. Ocupava o lugar desde 1416, altura em que deixou a diocese eborense. Sobre D. Diogo, cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999, pp. 99-100. Os acontecimentos ocorridos com o anadel Vasco Vicente, que seguramente os terá comunicado ao rei ou ao infante D. Duarte, terão despoletado uma contenda entre o arcebispo e o concelho de Lisboa relativamente à jurisdição sobre as localidades de Alhandra e de Torre da Negra. Essa disputa chegou mesmo a atingir contornos de alguma gravidade com ameaças de confrontações armadas: "*nos fizerom entender* [ao infante D. Duarte] *que dom Diego arçebispo de Lixboa tem tençom de per força d'armas defender ao concelho e homeens boons da dicta cidade a Alhandra e a Torre da Negra que sempre foy thermo da dicta cidade e de sua jurdiçom e de lhe nom conssentir que conthinuem a posse que dos dictos lugares sempre teverom e os moradores dos dictos lugares quer isentar e livrar de quaaesquer costrangimentos que lhe sejam fectos per os do dicto conçelho de Lixboa*" (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 337, de 18/Abril/1422).

[24] AML-AH, Colecção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422.

[25] É igualmente provável que tenham havido algumas ameaças de agressão física.

[26] Três dias depois o tabelião recebia uma convocatória para se apresentar, outros três dias depois, junto do arcebispo que o criticou por, caindo em sacrilégio, lhe ter ido contra os seus privilégios. Paralelamente, o anadel enviava ao rei, ou ao infante D. Duarte, um relatório dos acontecimentos ocorridos em Alhandra. É possível que Vasco Vicente também tenha comunicado o ocorrido ao anadel-mor do reino e ao anadel de Lisboa tal como o fez ao concelho da cidade, situação que se confirma pelo facto de este "relatório" se encontrar no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

[27] Mais uma vez os factos não correspondem ao que se encontrava escrito no rol: João Afonso, morador em Alhandra, encontra-se registado como besteiro do conto de Calhandriz. Desconhecemos se este indivíduo era, ou não, um dos que se encontrava na igreja de S. João.

no prazo de oito dias – isto é, até dia 15 de Fevereiro – deveria comparecer perante o anadel com o seu armamento e com as munições que estava obrigado a possuir[28].

Porém, Vasco Vicente estava destinado a não ter grandes resultados práticos na missão desse dia 8 de Fevereiro de 1422. O porteiro Estêvão Eanes Durdio, obedecendo à ordem de Martim Barroso, dirigiu-se, então, a casa de João Afonso. Aí chegado, verificou que o besteiro em questão se escondera no interior do domicílio. Insistindo em cumprir o que lhe havia sido determinado, o porteiro perguntou à mulher daquele se o marido se encontrava em casa, ao que esta terá respondido negativamente, isto apesar de o porteiro – segundo afirmou perante o juiz, o anadel e o tabelião – o ter ouvido no interior da habitação. Impossibilitado de convocar pessoalmente o besteiro em questão, o porteiro terá procurado duas testemunhas e, na presença de ambas, limitou-se a transmitir a convocatória à mulher de João Afonso.

Definitivamente, aquele não era um dia de sorte para o anadel, para o tabelião e para os três besteiros que os escoltavam. Sem que tivessem conseguido atingir os seus objectivos, teriam que voltar a Calhandriz e a Alhandra, prolongando durante mais tempo uma tarefa que poderia ter sido encurtada se os acontecimentos não tivessem corrido de forma totalmente adversa, se não houvesse uma manifesta falta de vontade de servir por parte dos besteiros do conto registados no rol, se não houvesse informações deficientes nesse mesmo rol, se ...

Desconhecemos de que forma decorreram os alardos nas localidades de Bucelas, de Sapataria, de Torre da Negra e de Vila de Rei, embora seja provável que nestas duas últimas localidades, por serem, tal como Alhandra, coutos do arcebispo de Lisboa, Vasco Vicente tenha também sentido dificuldades em cumprir a sua missão. A falta de registos documentais impedem-nos igualmente de descortinar a conclusão dos problemas surgidos em Calhandriz e em Alhandra e, por consequência, de que forma decorreram os alardos convocados para os dias 15 de Fevereiro e 8 de Março.

Muito naturalmente os episódios acima descritos não foram casos isolados. Como tal, é possível que noutras localidades do termo de Lisboa, pelos mesmos motivos, tenham ocorrido situações análogas. Assim, não terão sido poucos os anadéis que depararam com dificuldades que os impediam de cumprir cabalmente as instruções recebidas de Vasco Fernandes de Távora e de Armand Boutin relativamente à aplicação do Conto de 1421.

E se os problemas surgiam com tarefas aparentemente simples como a publicação das listas dos besteiros do conto, é fácil imaginar que se avolumariam em questões mais complexas como a realização dos alardos ou a organização dos exercícios de tiro semanais. Certamente que todas as dificuldades seriam ultrapassadas se os indivíduos recrutados não manifestassem uma clara má-vontade relativamente ao serviço como besteiro do conto, reacção que se devia em boa parte ao cada vez mais reduzido leque de privilégios atribuídos à milícia e ao crescente número de obrigações a que estavam sujeitos[29]. Porém, no caso em análise, há que ter em linha de conta outros factores como a tentativa de Lisboa se eximir gradualmente da obrigação de apresentar besteiros do conto, em detrimento das localidades do termo, o que também pode, de alguma forma, ter contribuído para as manifestações de desagrado que o documento nos dá conta[30].

---

[28] Desconhecem-se os motivos porque João Afonso foi convocado para se apresentar ao anadel Vasco Vicente no prazo de uma semana, ao contrário dos restantes, aprazados para o dia 8 de Março. Contudo, é possível que João Afonso fosse um dos novos besteiros do conto nomeados pelo corregedor e concelho de Lisboa, pelo que talvez fosse necessário sujeitá-lo a uma inspecção prévia, de modo a que tivesse tempo para adquirir novo armamento caso o que possuísse não preenchesse os requisitos mínimos estipulados.

[29] Sobre os privilégios e deveres dos besteiros do conto, cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 69-76, João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, pp. 65-69 e Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., pp. 44-46.

[30] A atestar a tentativa de Lisboa apresentar cada vez menos besteiros do conto, veja-se o facto de, em 1436, D. Duarte ter acedido ao pedido do concelho de Lisboa para diminuir de 300 para 250 o número de besteiros apresentados pela cidade (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., p. 36).

Porém, a autoridade do anadel, que devia – em princípio – ser suficiente para ultrapassar esses obstáculos, não chegava para fazer inverter as situações desfavoráveis que se lhe deparavam. Apesar da presença de um tabelião e de uma escolta armada, dificilmente a conseguiam impor, o que lhes trazia sérios problemas na execução das tarefas inerentes às suas competências. Para tal contribuía de sobremaneira a fraqueza que lhes advinha, em primeiro lugar, da rotatividade anual do cargo[31] e, em segundo, de uma origem sócio-económica equivalente à dos seus subordinados, pois, importa não esquecer, os anadéis eram escolhidos para períodos de apenas um ano, de entre os besteiros e por estes. Esta situação, se, por um lado, impedia atitudes de abuso e de prepotência por parte dos anadéis, reduzia-lhes de sobremaneira a margem de manobra necessária para lidar com problemas de maior vulto como os ocorridos em Alhandra. Além disso – no caso em análise –, o facto de ser um outro anadel, o de Lisboa, quem na realidade comandava esses besteiros[32], retirava a Vasco Vicente qualquer réstea de autoridade sobre os seus subordinados.

Mas os factores destabilizadores não se ficavam por aqui. Outros havia que aumentavam ainda mais os problemas com que os anadéis se defrontavam e que, apesar de não tão graves na aparência, podiam ter na sua raiz situações de clara injustiça. Era o caso da discrepância entre a realidade e as informações contidas nos róis relativas ao estatuto militar dos indivíduos apurados. Desconhecemos quais os motivos para estes desfasamentos, embora nos pareça que, no caso em apreço, deviam resultar de informações deficientes transmitidas ao anadel-mor pelo corregedor e pelo concelho de Lisboa, que, por sua vez, os podem ter sido propositadamente induzidos em erro de modo a beneficiar uns em detrimento de outros. Do mesmo modo, os erros nos locais de morada dos indivíduos apurados não eram propriamente argumentos que alicerçassem a já de si débil autoridade dos anadéis. Muito pelo contrário, descredibilizavam-nos e retiravam-lhes, perante os seus subordinados, a pouca força que tinham, dificultando ainda mais a implementação das ordens régias que visavam a reestruturação da milícia dos besteiros do conto, um dos mais importantes alicerces dos exércitos portugueses nas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos.

---

31 Isto apesar de a rotatividade anual nem sempre ser cumprida como se encontra atestado pelos capítulos gerais das cortes de Santarém de 1418. Talvez fosse, justamente, a necessidade de conferir uma maior força e autoridade ao anadel que levou a Coroa a nada fazer relativamente a muitos destes casos e, em alguns deles, incentivá-los (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., p. 42).

32 Salvaguardadas as devidas distâncias e o anacronismo, é possível comparar o contingente dos 300 besteiros de Lisboa com uma companhia e os grupos de 20 ou de 30 besteiros – como o que Vasco Vicente comandava – com pelotões (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, p. 42, n. 219).